

FALTA DE TRANSPARÊNCIA DA PUC-SP DIFICULTA TRABALHO DAS CHEFIAS ACADÊMICAS

Na semana passada procuramos dados sobre a não abertura de turmas e disciplinas. Essa busca revelou-se difícil, pois nem sempre os dados estavam disponíveis e não se sabia ao certo se determinadas turmas seriam abertas ou não. Apesar dos dados divulgados ainda ao final desta edição recebemos comunicação da Faculdade de Economia atualizando os dados (veja matéria nesta página).

Mais uma vez a circulação das informações revela-se caótica emperrando sobremaneira o trabalho de chefias e coordenações, deixando alunos e professores sem saber como será o seu semestre letivo. Ainda na semana passada, vários docentes viviam a insegurança de não saberem como ficarão os seus contratos.

Não é de hoje que as chefias e coordenações reclamam da falta de transparência da administração da universidade. A falta de uma efetiva comunicação e de acesso aos dados tem se revelado um entrave para que as diferentes unidades tenham um trabalho organizativo

eficiente. A história é sempre a mesma: as chefias procuram informações, que não fluem, e de repente, a decisão aparece de cima para baixo sem nenhuma justificativa plausível.

O acúmulo de tarefas a serem executadas pela SAE e a precariedade de nosso sistema de informática, que teve problemas sérios ao final do semestre, colaboraram para que as chefias tivessem poucos elementos para desempenhar suas tarefas.

Esses problemas já foram

levados várias vezes ao Conselho Universitário (Consun), porém a ineficiência continua. Nada de se estranhar em uma universidade que cada vez mais "esquece" a sua vocação democrática e age de forma autoritária, típica, aliás, de uma instituição que viu traída a vontade de sua comunidade ao ver empossada a última colocada na eleição para reitor.

E A NOVA REITORIA?

E por falar em falta de comunicação, a expectativa é

grande na comunidade para saber qual será a escolha do cardeal Dom Odilo para assumir a reitoria. Nas eleições ocorridas até 2012, não houve nenhuma surpresa: tanto Dom Paulo Arns, como Dom Claudio Hummes souberam respeitar a vontade da comunidade, mesmo que a escolha não coincidissem com a preferência da Igreja. Mas, com Dom Odilo, a universidade voltou à Idade Média, quando a vontade autocrática da Igreja era a regra e o resto era só perfumaria.

Esclarecimento do departamento de Economia

Em relação às turmas e disciplinas fechadas pela reitoria neste primeiro semestre de 2016, as quantidades corretas são:

- uma turma de primeiro semestre, não viabilizada no vestibular de inverno deste ano, para o período noturno (turma esta composta por seis disciplinas);
- três disciplinas optativas que não apresentaram escolhas suficientes por parte dos alunos; e
- duas disciplinas de orientação monográficas por baixa inscrição por parte dos alunos

que a fizeram nas outras turmas existentes.

Portanto, foram apenas uma turma não viabilizada e cinco disciplinas.

Em relação ao número de professores do departamento, os valores corretos são 80 professores ativos antes de 2006 e 60 no presente semestre. A redução média observada de carga horária por professor ativo reduziu de 36 horas-aula para 32 horas-aula.

Quanto à redução do número de alunos, apesar de vir ocor-

rendo já há algum tempo, a intensidade não corresponde àquela que a matéria leva a interpretar, ao contrário, no caso da Economia, a participação dentro da FEA e da PUC-SP, em geral, até cresceu em vários momentos, inclusive neste ano.

Chefia e Coordenação do Departamento de Economia da PUC-SP

Norma Cristina Brasil Casseb, Leslie Denise Beloque, Marcel Guedes Leite

**FORA TEMER!
ABAIXO O GOLPE DA DIREITA !
PELA ORGANIZAÇÃO AUTÔNOMA DOS TRABALHADORES!
CONTRA O AJUSTE FISCAL E DESTRUIÇÃO DE DIREITOS!
PREPARAR A GREVE GERAL!**

FUNCIONÁRIO
Fortaleça sua entidade!
**Associe-se
à AFAPUC**

Professores ameaçados de advertência

Seis professores da Faculdade de Ciências Sociais foram comunicados por telefone, pela secretária da direção, de que deveriam comparecer à DRH para tomarem ciência de uma advertência aplicada. Foram posteriormente informados pela Direção da Faculdade que o motivo seria o lançamento de notas de um aluno em situação supostamente irregular.

O fato tem contornos inusitados, pois o pedido para a regularização da nota partiu da Faculdade de Ciências Sociais, solicitando o lançamento da nota em razão do aluno ter regularizado a sua matrícula. Logo, os professores apenas atenderam à solicitação acadêmica.

Outro estranhamento diz respeito ao registro das notas, que eram referentes ao ano de 2012, foram lançadas em 2015 e a Reitoria pretende punir os professores apenas agora, em agosto de 2016, evidenciando a extemporaneidade e arbitrariedade deste ato punitivo.

Já há algum tempo a universidade vem tomando medidas repressivas contra alunos inadimplentes, seja impedindo sua entrada em sala de aula, seja ameaçando professores que admitem a presença desses alunos com sanções disciplinares.

Nós, professores, estamos inseridos em instâncias acadêmicas coletivas: departamentos, cursos, faculdades e desempenhamos ações pedagógicas deliberadas e praticadas coletivamente. Deste modo, é descabida a culpabilização individual de professores convocados pela DRH fora das instâncias nas quais estamos todos inseridos.

Assim, instaura-se uma atmosfera de que vivemos sob a égide do medo, que desagrega a vida universi-

tária, além de ceifar a potência do agir pedagógico criativo, em uma Universidade que, historicamente, construiu práticas de acolhimento, inclusão e participação coletiva e consolidou-se reconhecidamente com função social.

Essa prática que iguala a PUC-SP às universidades que fazem do puro mercantilismo sua razão de existência vem sendo criticada constantemente tanto pelas lideranças estudantis como pela APROPUC. A punição que agora se esbo-

ça contra os docentes da Faculdade de Ciências Sociais é de suma gravidade, uma vez que uma advertência no prontuário é um fator decisivo para uma futura exclusão da universidade, e isto é inadmissível.

A APROPUC repudia esta medida que só denigre a imagem de uma universidade que sempre respeitou seus docentes e estudantes, continuará atenta e vigilante e prestará todo apoio aos professores e professoras atingidos por esta ou outras medidas equivalentes.

Jeni Turazza



A PUC-SP perdeu na semana passada mais uma de suas mais competentes docentes. Faleceu de maneira repentina professora Jeni Silva Turazza, do departamento de Português da Faficla. Coordenadora do Programa de Estudos Pós Graduados em Língua Portuguesa, Jeni ingressou na PUC-SP em agosto de 1992, ocupando diversos

cargos na estrutura acadêmica da universidade.

Ao longo de sua trajetória pela PUC-SP Jeni deixou-nos uma vasta produção bibliográfica, fruto de sua participação ativa em eventos de sua área de atuação, a língua portuguesa, além de inúmeras orientações de teses e dissertações.

Mas uma qualidade que impressionava na professora era

o seu conhecimento dos meandros da estrutura acadêmica. Tendo participado em diversas instâncias da universidade Jeni dominava as normas acadêmicas que regem o ensino brasileiro.

Jeni deixa muitas saudades entre seus colegas, alunos e ex-alunos e a certeza de que a PUC-SP mais uma vez perde um pedaço de sua história.

GAUCHE NA VIDA

Escola Sem Partido: a lei da mordança

Durval Ângelo

O educador e filósofo espanhol José Ortega y Gasset (1883/1955), considerado um dos grandes pensadores do século XX, dizia a respeito do mister do professor: "sempre que ensinares, ensine a duvidares do que estiver ensinando". Acredito ser esta a missão do educador em sua ação docente: estimular a crítica, levar o aluno a relacionar as situações, a fazer perguntas do lido e do vivido e, principalmente, fazer o aluno a pensar por conta própria. O conhecimento nada mais é do que uma cadeia de perguntas e respostas. Bem antes, o filósofo Sócrates (469-399 a.C.) já concluía que "não posso ensinar nada a ninguém, só posso fazê-los pensar". Como professor há quase quatro décadas nas redes pública e privada de ensino, acredito que a escola deve ser um ambiente de prática libertadora, onde todos podem se colocar, se contrapor, a partir da pluralidade de temas - com respeito às minorias e de combate a todo tipo de discriminação, seja de etnia, gênero, orientação sexual, religião, estilo de vida. Só que não é o que estabelece um Projeto de Lei intitulado de "Escola Sem Partido", prefiro chamar de "Lei da Mordança", pois tenta usurpar o pensamento crítico do ambiente escolar. A proposta tramita

em várias casas legisladoras do País e tem como autores, em maioria esmagadora, líderes fundamentalistas. Na Câmara, há três projetos tramitando baseados no Escola sem Partido. O Projeto de Lei (PL) 7180/2014, do deputado Erivelton Santana (PSC/BA), o PL 867/2015, do Izalci Lucas (PSDBDF) e o PL 1411/2015, de Rogério Marinho (PSDB/RN), este sendo o único não ligado a alguma igreja. No Senado, o pastor evangélico Magno Malta (PRES) é autor de texto semelhante, apresentado como PLS 193/2016. Os projetos são baseados no Movimento Escola Sem Partido, criado em 2004 para combater a "doutrinação ideológica". O próprio nome deste movimento é enganador, pois nos coloca uma dicotomia entre uma escola sem partido ou uma escola com partido. Mas, não se enganem, não é isso que está em jogo. O Escola Sem Partido defende que professores não são educadores e que "formar o cidadão crítico" é sinônimo de "fazer a cabeça dos alunos". É um projeto de escola que remove o seu caráter educacional, defendendo que os professores apenas instruem para formar trabalhadores sem capacidade de reflexão crítica. Na prática, temas como homossexualidade ou ideologia de gênero não poderão ser discutidos em salas de aula, pois poderão ser considerados conteúdos conflituosos com as con-

vicções religiosas ou morais dos pais e responsáveis, o que é vedado pelos projetos. Assuntos sobre a conjuntura política e econômica do País também não poderão ser trabalhados nas escolas. Segundo o programa, o professor só deve abordar a matéria de forma isolada, sem tratar da realidade do aluno e do que está acontecendo no mundo, sem discutir o que acontece no noticiário ou na comunidade em torno da escola. Ele também proíbe a apresentação de conteúdo ideológico para os estudantes - nesse caso há uma evidente partidização, pois somente conteúdos considerados de esquerda são citados, como se não houvesse uma ideologia de direita para manter a dominação e as injustiças. O projeto ainda prevê a fixação de cartazes nas salas de aula com uma lista de "Deveres dos Professores", como na época da Alemanha nazista, onde a educação se transformou em um instrumento de doutrinação e massificação da sociedade. O Escola Sem Partido é tão arbitrário como absurdo e tem como embaixador o ator pornô, Alexandre Frota. A proposta é tema, inclusive, de uma nota técnica do Ministério Público Federal, encaminhada ao Congresso Nacional no dia 22 de julho, no qual aponta a inconstitucionalidade de um dos projetos - PL 867/2015. O documento apresenta que, sob o pretexto de defender

princípios como a "neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado", assim como o "pluralismo de ideias no ambiente acadêmico", o Programa Escola sem Partido coloca o professor em constante vigilância, principalmente para evitar que afronte as convicções morais dos pais. "O projeto subverte a atual ordem constitucional por inúmeras razões: confunde a educação escolar com aquela fornecida pelos pais e, com isso, os espaços público e privado, impede o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, nega a liberdade de cátedra e a possibilidade ampla de aprendizagem e contraria o princípio da laicidade do Estado - todos esses direitos previstos na Constituição de 88", destaca a nota. Acredito que a escola deve ter clara a missão de levar o aluno a pensar e refletir. Hoje, mais do que nunca, é preciso reencantar a educação, que se configura como a mais avançada tarefa emancipatória. Todos os povos, na sua história, mostram que a educação só vai ter sentido se ela emancipar. Ela tem papel determinante na criação da sensibilidade social, tão necessária para reorientar a sociedade. Uma sociedade onde caibam todos, só é possível em um mundo no qual caibam muitos mundos. Nesse sentido, lembro-me da carta deixada por uma

continua na próxima página

continuação da página anterior

das vítimas da segunda guerra mundial, dirigindo uma mensagem aos educadores: "Prezado Professor, sou sobrevivente de um campo de concentração. Meus olhos viram o que nenhum homem deveria ver. Câmaras de gás construídas por engenheiros formados. Crianças envenenadas por médicos diplomados. Recém nascidos mortos por enfermeiras treinadas. Mulheres e bebês fuzilados e queimados por graduados de colégios e universidades. Assim, tenho minhas suspeitas sobre a Educação. Meu pedido é: ajudem seus alunos a tornarem-se humanos. Seus esforços nunca deverão produzir monstros treinados ou psicopatas hábeis. Ler, escrever e saber aritmética, só serão importantes se fizerem nossas crianças mais humanas." Essa carta se faz ainda atual, principalmente se considerarmos a conjuntura de propagação de ódio e da intolerância em que vivemos. O papel da escola deve ser em superar o preconceito e dar espaço para a pluralidade do pensamento. É preciso ter claro que, como afirmou Galileu Galilei (1564/1642), a educação é limitada: "não se pode ensinar tudo a alguém, só pode ajudá-lo a encontrar por si mesmo". Mesmo assim, a escola não deve se furtar ao papel de preparar alunos para o exercício da cidadania. Que a nossa escola seja uma escola de busca de saberes que reencantem o mundo, a vida, as pessoas.

Durval Angelo é deputado estadual pelo PT de Minas Gerais. Matéria extraída do site <https://www.brasil247.com/pt/colunistas/durvalangelo/247057/Escola-Sem-Partido-alei-da-morda%C3%A7a.htm>

Audiência pública discute segurança na PUC-SP

Uma audiência pública, reunindo funcionários, estudantes e a Reitoria foi realizada no dia 5/8. As falas de estudantes e funcionários encaminharam-se para a apresentação dos problemas já conhecidos por toda comunidade como falta de segurança interna, assédio nas imediações do campus Monte Alegre, ineficácia na segurança da comunidade, entre outros.

A discussão sobre segurança interna, como não poderia deixar de ser, girou ao redor de uma possível colocação de catracas no campus. A adoção desse mecanismo, pura e simplesmente, foi criticada por alguns participantes, pois ele poderia induzir à proibição de entrada de alunos em situação de inadimplência, como hoje acontece em várias instituições de ensino. Porém, a maioria dos presentes concordou que a atual situação de livre acesso ao campus é complicada pois propicia a entrada de pessoas estranhas indesejáveis à universidade.

A questão da situação dos funcionários terceirizados também foi abordada e, logo de início, a AFAPUC apresentou sua posição contrária à contratação de funcionários terceirizados para funções que podem ser cumpridas por funcionários contratados pela própria universidade. A entidade considera a terceirização uma exploração da mão de obra assalariada, uma vez que o terceirizado não goza dos mesmos di-

reitos que um funcionário da instituição e é sujeito a condições de trabalho diferentes daquelas que os trabalhadores da PUC-SP conseguem. Essa situação foi relatada em um depoimento de uma funcionária terceirizada que contou todas as agruras que ela enfrenta em seu desempenho profissional.

Ao final da reunião

não se chegou a um encaminhamento das questões apresentadas, pois considerou-se o quórum da audiência abaixo do esperado para a discussão do tema. Foi proposta uma nova reunião onde espera-se que os funcionários da PUC-SP e os terceirizados sejam dispensados de suas atividades para participarem do encontro.

Hospital Santa Lucinda (Sorocaba) permanece sem acordo interno

Os trabalhadores do Hospital Santa Lucinda ainda estão sem um texto de acordo interno que contemple as demandas internas daquele setor. Os funcionários do Hospital são regidos por outro sindicato de classe, com data-base e acordo interno celebrado em datas diferentes dos demais trabalhadores da universidade.

de. Porém, a negociação de um novo texto para o acordo já deveria ter sido tomada em maio e o seu retardamento começa a trazer problemas aos funcionários que dependem da atualização das cláusulas do acordo entre outros. A AFAPUC aguarda a solicitação do agendamento de reunião com a Fundasp

Fundasp cancela reunião com funcionários

A Fundação São Paulo cancelou uma reunião convocada por ela, com alguns funcionários que participam do processo Anselmo + 100 contra a PUC-SP reivindicando diferenças salariais ocorridas em 1994.

A AFAPUC, Associação dos Funcionários Administrativos da PUC-SP, es-

tranha essa convocação uma vez que as tratativas para as negociações dos pagamentos das demandas dos processos do Camilo + 30, Anselmo + 100 e quinquênios cortados estão sendo feitas através da AFAPUC, Fundasp e Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de São Paulo (Saesp).

MOVIMENTOS SOCIAIS

Professor da PUC-SP denuncia ataques contra o SUS

No dia 10/8, foi publicado no jornal O Estado de S.Paulo o artigo "O Desrespeito à saúde Constitucional", de coautoria do professor Áquilas Mendes, professor da Pós em Economia Política, e membro da diretoria da APROPUC. O texto trata da possibilidade do sistema público de saúde (SUS) deixar de ser integral e universal (regra), para ocupar caráter subsidiário em relação a serviços privados. Recentemente, foi aprovada uma Emenda Constitucional que reduziu o piso de custeio da União, de 14,8% da receita corrente líquida federal aplicada em 2015, para 13,2% em 2016.

"Estamos a viver, a bem da verdade, o risco iminente de um estado de sítio fiscal, que visa suspender indefini-

damente a eficácia imediata dos direitos fundamentais inscritos na nossa Constituição Cidadã. Não se altera a alma de uma Constituição por emenda constitucional, em cujo arranjo excepcional sejam veiculadas medidas "transitórias" que proponham suprimir ou mitigar a eficácia de direitos por 20 anos, negando-lhe seu custeio adequado.

O legado de defesa do direito à saúde nesses quase trinta anos de SUS reclama de nós a luta contra quaisquer tentativas de reescrever, falseadamente, um novo regime de efetividade dos direitos fundamentais por emenda ao ADCT. Iniciativas dessa natureza ferem de morte a própria Constituição que somente pode ser alterada em sua essência,

mediante nova assembleia nacional constituinte", afirma o texto.

A Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS) lançou um manifesto em defesa do SUS e ataque às medidas do governo interino golpista de privatizar a saúde, com as defesas de criação de planos populares de saúde. "O Fórum de Saúde do Rio de Janeiro e a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde conclamam os partidos, centrais, sindicatos, entidades, instituições, movimentos sociais, grupamentos, estudantes, militantes e intelectuais a formarmos Um Movimento Amplo em Defesa do SUS" enfatiza o texto. A APROPUC endossou o manifesto.

Mural do Tribunal da Terra completa seis anos de estrada

Desde 2010, foi iniciada a construção de um mural do Tribunal da Terra. O mural percorreu várias cidades participando de eventos, encontros, congressos, reuniões, inclusive do próprio Tribunal da Terra, na Escola Florestan Fernandes, em acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e MTST.

Prestou homenagem especial também à Revolução Mexicana - de 1910 - pelos seus 100 anos, e continua contemplando todas as lutas e prestigiando todos os povos e suas causas. Agora, em 2017, irá receber sua última pincelada, em local a ser definido, para marcar os 100 anos da Revolução Russa, de 1917.

Servidores públicos se mobilizam contra retirada de direitos

O setor das Instituições Federais de Ensino (setor das IFES) do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) aprovou ações de mobilização para o mês de agosto contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/

16. Para o dia 16/8, terça-feira, ficou marcado o Dia Nacional de paralisação dos docentes das IFES. Será construído um Ato Nacional em defesa do Emprego e contra a retirada dos direitos, conjuntamente com as entidades sindicais, estudantis e movimentos sociais e populares.

Desde o início de 2016,

o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) vem se mobilizando e informando a categoria o que representam o PL 257 e a PEC 241. Em síntese, segundo os trabalhadores, significa o fim da carreira dos(as) servidores(as) públicos(as) e dos serviços públicos para a

população. Os projetos têm como objetivo congelar uma série de direitos dos servidores públicos e retirar investimentos de áreas sociais, como educação e saúde, para gerar superávit primário, e, desta forma, permitir que o governo siga pagando juros e amortizações da dívida pública.

Conlutas organiza 3ª Caravana em apoio aos Guarani Kaiowá

Desde o dia 10/8, acontece a 3ª Caravana ao Mato Grosso do Sul em solidariedade aos Guarani Kaiowá, organizada pela CSP-Conlutas. O povo vem sofrendo violentos ataques de fazendeiros, do agrone-

gócio e do governo estadual de Reinaldo Azambuja (PSDB). A caravana também leva roupas e alimentos, além do apoio a um povo que não desiste de lutar por suas terras e seus direitos.

A persistência e resistência dos povos originários do Brasil são respondidas com brutal violência. Somente nos últimos dois meses, o povo Guarani Kaiowá, ao sul do estado, sofreu despejos e ataques.

Dentre as ofensivas, o jovem Clodioli Aquileu Rodrigues de Souza, de 26 anos, foi assassinado em 13/6 por jagunços, 18 pessoas foram hospitalizadas e várias outras tiveram algum tipo de ferimento.

ROLA NA RAMPA

Crachá começa a ser utilizado no estacionamento

A partir do primeiro dia de agosto, a empresa Estapar, responsável pelo estacionamento da PUC-SP, passou a exigir um crachá de identificação para que os professores da universidade possam receber desconto no pagamento do estacionamento. Além disso, a empresa divulgou uma lista dos estacionamentos Estapar que podem ser utilizados pelos professores da Fundasp/PUC-SP com desconto. São eles: Campus Monte Alegre (Rua Ministro de Godói, 1029),

Colégio Batista (Rua Ministro de Godoi, 829), Convenção Batista (Rua Ministro de Godoi, 871), Faculdade Batista (Rua Ministro de Godoi, 871) e Igreja Batista (Rua Monte Alegre, 850). Para outros esclarecimentos, é necessário entrar em contato com o Departamento de Administração de Benefícios da PUC-SP pelo e-mail: rh_beneficios@pucsp.br. O crachá da PUC-SP dá direito também à compra de ingressos com desconto para espetáculos no Tuca.

IX Jornada de Psicologia Sócio Histórica

No dia 5/10, o Tucarena irá sediar a IX Jornada de Psicologia Sócio Histórica, com o tema Democracia e o Papel Social da Mídia. As inscrições de trabalho deverão ser feitas, até 12/9, no site da

PUC-SP: www4.pucsp.br/eventos/jornadasociohistorica. Para participação, sem apresentação de trabalhos, não é necessária inscrição. Não há taxas em nenhuma das duas situações.

Eleição para a CIPA acontece nesta semana

A eleição para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, CIPA, terá início no dia 15/08 a partir das 08h00 e se finalizará no dia 19/08/2016 às 23h59. As votações ocorrerão exclusivamente pelo portal acadêmico (<https://portalacademico.pucsp.br/Corpore.net/login.aspx>). A eleição ocorrerá em alguns

campi da universidade, assim, no campus Perdizes se inscreveram 12 candidatos para 7 vagas, na Derdic 4 candidatos para 4 vagas, nos campi Consolação e Cogea não houve nenhuma manifestação de interesse. A divulgação dos resultados da eleição ocorrerá na terça-feira, 23/8.

Consun discute expulsão de aluno de Sorocaba

Um Conselho Universitário extraordinário foi convocado para a última quarta-feira, 10/8, para debater o recurso de um estudante de Sorocaba que foi expulso da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde em virtude de atitudes impróprias. A professora Anna Cintra decidiu pela expulsão do aluno,

mas houve um recurso da decisão que foi analisado pelos conselheiros. O relator Marcio Alves da Fonseca, diretor da Faficla encaminhou pela manutenção da punição porém determinou que sejam realizadas novas oitivas para apurar melhor a questão. O parecer foi acordado pelos conselheiros.

Polícia Militar fecha a Rua Ministro Godoy

Na sexta-feira, 5/8, a Polícia Militar e a Guarda Civil Metropolitana realizaram uma grande operação policial que envolveu dezenas de carros e motos, para impedir a realização de uma festa na Rua Ministro Godoy. Em determinado momento professores que buscavam o estacionamento da PUC-SP para estacionar foram impedidos através de um bloqueio, que posteriormente foi retirado. A demanda da ação policial vem dos vizinhos da PUC-SP que protestaram

junto à direção da universidade contra a realização desse tipo de evento. Em reunião com a Reitoria os vizinhos foram informados que a PUC-SP não poderia se responsabilizar por eventos fora do campus. O setor de segurança da PUC-SP ainda não tinha informação se esse tipo de policiamento se restringiu à noite do dia 5/8 ou se ele se estenderá por todas as sextas-feiras, dia em que os estudantes realizam suas festas nas imediações do campus.

Curso de discussão em língua inglesa abre inscrições

A partir de setembro, a PUC-SP irá ofertar um curso de especialização de "Atualidades: discussão em língua inglesa de temas contemporâneos", coordenado pelo Prof. Ms. João Batista Teixeira da Silva e ministrado pela Profa. Márcia Fonseca Vieira. Trata-se de um curso de Língua Inglesa com ênfase em aspectos orais e situações em que o desempenho oral é marcadamente foco. O curso surge da demanda dos próprios alunos dos cursos de Extensão Cultural Inglês Oral e Conversação Avançada em Língua Inglesa, assim como de interesses da comunidade interna e externa à universidade, interessados

em um curso de perfil acadêmico diferenciado e qualidade que lhes propicie a possibilidade de alcançar um desempenho oral em língua inglesa com desembaraço e fluência, ou no intuito de manter a fluência e desembaraço alcançados em seus desempenhos orais enquanto falantes-aprendizes. Estudantes egressos do oitavo nível do curso de Extensão Inglês Oral e egressos do curso de Extensão Conversação Avançada, da PUC-SP, terão acesso imediato ao curso proposto sem a necessidade de realização de teste. As inscrições podem ser realizadas através do site da PUC-SP.

Programa Pátio da Cruz homenageia 70 anos de PUC-SP

Na última sexta-feira, aconteceu mais uma comemoração aos 70 anos da PUC-SP. O Programa Pátio da Cruz - Incentivando o Diálogo organizou um programa sobre "O papel da universidade na sociedade atual", com a participação de Ana Lydia Sawaya (professora titu-

lar da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP) e de Alípio Casali (professor titular da PUC-SP). O evento foi exibido ao vivo pela internet. Os programas anteriores podem ser acessados no site da TV PUC através do link: www.tvpuc.com.br/sites/?page_id=8304